



O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM DOIS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Viviane Pereira Ribeiro Oliveira

vp.oliveira1980@bol.com.br
Escola Estadual Coronel Tônico Franco

Esse trabalho apresenta parte dos resultados de uma pesquisa que buscou analisar as mudanças e permanências no ensino de História de duas escolas públicas do município de Ituiutaba mediante a Lei 10.639/03 que alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBEN), trazendo a obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura afro-brasileira para todas as escolas de ensino fundamental e médio do Brasil, posteriormente, modificada pela lei 11645/08 que amplia dá a mesma orientação quanto à temática indígena. Dessa forma, procurou-se compreendermos os processos de implementação da legislação referida, por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino, com objetivo de percebermos como a lei tem influenciado na construção de documentos educacionais que direciona as práticas pedagógicas escolares. Isto porque, por um longo período o Brasil, manteve a permissividade para com as postura racistas e a discriminatórias, ainda muito presentes na nossa sociedade, em relação a população afrodescendente impedindo que, essa parcela da população tivesse acesso a sua história, e as condições de vida dignas, exclusão que se refletia na educação e cultura.

Procurou-se perceber nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas as mudanças curriculares empreendidas no ensino de história e de reconhecimento e valorização das culturas afro-brasileiras e africanas.

No PPP(2016), da Escola Municipal consta que os objetivos, finalidades e princípios de educação foram elaborados com base nas legislações federais, LDB 9394/96 e PCNs, “baseando-se sempre na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, a tolerância, o pluralismo cultura, e social”.

O currículo pedagógico do ensino fundamental, Anos Finais, organizado conforme a LDB, com os componentes obrigatórios e a parte diversificada estão especificadas no

Ituiutaba, 21 a 23 de nov. 2018



documento consta no que a finalidade do ensino de História do Brasil “levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias na formação do povo brasileiro, especialmente as de natureza indígena, africana e europeia”. E faz uma referência a lei 11645/08 “Cultura Afro-brasileira: os conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileira e indígena serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Artes, Literatura e História Brasileira”. Dentre as ações e estratégias da escola, consta “Mobilizar a comunidade para os movimentos afro-brasileiros.”

No PPP (2014) da Escola Estadual consta que foi elaborado de acordo com Educação Nacional, e que sua finalidade e princípio básico consiste

[...] no respeito, a responsabilidade e a valorização do outro, resgatando potencialidades, num compromisso profissional único de formação integral de nossos alunos. O trabalho é direcionado a compreensão do sentido da vida, na elaboração consolidada e saudável de conhecimentos e de vivências que lhes proporcionem a alegria de viver, de amar e de servir, na busca de sua autorrealização. (PPP, 2014)

O currículo pedagógico do ensino fundamental e médio está organizado de acordo com a Base Nacional Comum, com os componentes obrigatórios e a parte diversificada estão especificadas no documento componente de História dentro dos quatro os objetivos descritos, somente um faz referência aos povos “compreender o processo de formação dos povos, suas lutas sociais e conquistas, guerras e revoluções, assim como cidadania e cultura no mundo contemporâneo” sem fazer referência a etnia ou raça dos povos estudados, e nem menciona o a lei 10639/03 que modificou artigo 26 A da LDB que estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana nas instituições escolares.

A única menção referente a cultura afro-brasileira e indígena aparece entre as atividades socioculturais, que podem ser trabalhadas a partir de projetos ou atividades de datas comemorativas dentre essas datas aparece o 13 de maio como o dia da Abolição, o dia 20 de novembro não aparece entre as datas e que o trabalho com cultura afro-brasileira e indígena vai permear todo o trabalho educativo.

Constatou-se assim pelos documentos que o ensino da História e cultura afro-brasileira faz-se mais presente no PPP da escola municipal do que na estadual, ao colocar a legislação entre os princípios de todo seu currículo escolar, revelando que em termos do documento



escolar tem-se a pretensão do cumprimento da legislação, e ao estabelecer entre suas ações o diálogo com os movimentos afro-brasileiros, subtende-se que sejam os locais, contribui para a interação entre os movimentos negros e a escola. Já o PPP da escola estadual o ensino da história e da cultura africana não é mencionado, nota-se que a escola adota uma posição de timidez e/ou omissão em relação à lei 10639/03, sendo feita a referência somente do ponto de vista cultural dos povos afro-brasileiros e indígenas, além do dia 13 de maio ser celebrado como o dia da Abolição, desconsiderando que para os movimentos negros essa data foi ressignificada como o Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo. Essa postura corrobora com a constatação de Santomé em relação aos currículos:

Basta observar as disciplinas dos distintos cursos e níveis do sistema educacional e seus correspondentes temários para logo darmos conta do tipo de cultura que a escola valoriza contribui para reforçar, ao mesmo tempo que também podemos observar ausências, ou seja, tudo aquilo que essa mesma instituição não considera como merecedor de ocupar a sua atenção. (SANTOMÉ, 2001. p. 161).

Desta maneira, as escolhas adotadas nos currículos das escolas dizem o que e como elas vão ensinar. Ambos os documentos das escolas apontam o tipo de ensino de história e a base curricular que adotam essas instituições.

Pelos PPPs é possível notar que o ensino de história a ser praticado nessas instituições é o que tem como base os PCNs, isto está explícito no documento da escola municipal. Embora, a escola estadual não tenha explicitado, em seu texto os princípios e objetivos são dos PCNs, apesar de mencionar a “flexibilidade na seleção dos conteúdos, prevaleceu a afirmação de uma estrutura de organização curricular hierarquizada e centralizador” na forma como eles poderão ser concretizados na sala de aula.

Desse modo, embora apresente limitações “a proposição de se organizar o ensino de História com base em eixos temáticos é uma evidência da influência das novas tendências historiográficas, especialmente da Nova História Cultural”, considerando a cultura como ser e agir dos diversos grupos sociais a serem estudados.

A perspectiva cultural também mencionada por Hall (199, p.13) ao afirmar que a cultura assume a centralidade no contexto da globalizado, “sugere é que cada instituição ou atividade social gera e requer seu próprio universo distinto de significados e práticas - sua



própria cultura.” Assim é entendido que cada uma das instituições escolares aqui mencionadas nesta pesquisa possuem uma cultura escola.

O conceito de cultura escolar que compartilho é o de Dominique Julia como objeto histórico estabelece que:

[...] a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p.10-11).

Dessa forma, conhecer as narrativas de professoras que trabalham nessas instituições pode nos possibilitar conhecer as práticas escolares desenvolvidas por elas, considerando os currículos que são adotados nos documentos das escolas e outras normalizações e práticas que fazem parte da cultura escolar dessas instituições. Essas práticas são compreendidas aqui como táticas. Certeau (1998, p. 100). Com elas conseguimos perceber como os sujeitos agem no seu cotidiano, recebendo normas que lhes são impostas, porém não as reproduzem da forma como lhe são impostas. Sendo assim, elas cumprem as metas, mas não as que lhe são determinadas; as usa de acordo com os seus interesses.

Assim, considero que o currículo e as normas das escolas não são algo estático, mas que podem praticados ou não pelas professoras de maneira como agem ou deixam de agir em suas práticas cotidianas da sala de aula.

REFERÊNCIAS

CARVALHO. João do Prado Ferraz de. **Ensino de História e cultura escolar: resistências no contexto de uma tradição inventada**. Nova Escola. 2014. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/548/ensino-de-historia-e-cultura-escolar-resistencias-no-contexto-de-uma-tradicao-inventada>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

CARVALHO FILHO, Roper Pires. Ensino de História: políticas curriculares, cultura escolar, Saberes e práticas docentes. **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 2, jul./dez., 2012.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.



FELICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e Classe na gestão da educação básica brasileira: cultura na implementação de políticas públicas.** Campinas: Autores Associados, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr., 2012.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília: MEC- SECAD, 2005.

_____. **Diversidade cultural, currículo e questão racial.** In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.): Educação como prática da diferença. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

_____. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set. 2012. p.738. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson, As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a Política Educacional e Desafios para a Pesquisa. **Educar em Revista.** Curitiba, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo.** In: Educação & Realidade, v. 22, n. 2, 1997.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista brasileira de história da educação.** n°1, jan./jun. 2001.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania porque ensinar história hoje? In: SOIHET, Rachel; ABREU, Martha. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias.** 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

_____. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça**



simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo: Global: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 161.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento e Identidade: uma introdução as teorias de currículo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005.